

“Cinco” exigem cumprimento do Compromisso de Lusaka e Acordo de Nkomati



Presidentes dos cinco países participantes na Cimeira de S. Tomé

Os cinco países — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe — que de 14 a 15 de Fevereiro findo se reuniram na capital de São Tomé e Príncipe exigiram que a «República da África do Sul cumpra rigorosamente o Compromisso de Lusaka e o Acordo de Nkomati» e reafirmaram que «a política dos nossos cinco estados sempre foi e será a defesa intransigente da Independência Nacional, da integridade, da unidade territorial e dos interesses populares.

No final da Cimeira dos «Cinco», foi emitida uma Declaração, que ficou conhecida por Declaração de São Tomé, que a seguir publicamos na íntegra.

De 14 a 15 de Fevereiro de 1985 realizou-se, na capital da República Democrática de São Tomé e Príncipe, a V Cimeira dos Chefes de Estado da República Popular de Angola, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República Popular de Moçambique e República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

A Cimeira constatou que o problema crucial dos cinco Estados é a necessidade absoluta de garantir a paz, a estabilidade, a unidade e a integridade territorial dos seus Estados, condição fundamental para a Reconstrução Nacional, o desenvolvimento, a prosperidade sócio-económica dos seus países e a cooperação almejada.

As conquistas das nossas independências, a clareza dos nossos princípios, a materialização dos desejos mais íntimos dos nossos Povos encontraram inimigos naqueles que sempre sonharam substituir o colonialismo e perpetuar a exploração.

1 — Neste sentido, o imperialismo fez da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique os alvos principais e o ponto de partida dos seus projectos de desestabilização e destruição das conquistas populares dos nossos Estados e assim recuperar as nossas Pátrias para a sua esfera de dominação, uma vez fracassado o processo de impedir a vitória dos movimentos de libertação autênticos dos nossos países.

Sucessivamente a acção imperialista contra Angola e Moçambique foi tendo os seguintes objectivos:

- impedir a conquista do Poder pelo MPLA e pela FRELIMO.
- derrubar o Poder Popular estabelecido em Angola e Moçambique, como resultado das lutas de libertação.
- forçar os Governos da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique a partilhar o poder com elementos criminosos, agentes do fascismo e do colonialismo para, dessa forma, destruir as conquistas populares.
- em último caso, impor a divisão dos territórios da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique.

2 — A política dos nossos cinco Estados sempre foi e será a defesa intransigente da Independência Nacional, da integridade, da unidade territorial e dos interesses populares.

A política dos nossos cinco Estados é de promoção da paz, da coexistência pacífica, da boa-vizinhança, do relacionamento mutuamente vantajoso com todos os Estados da Comunidade Internacional.

Os nossos cinco Estados são e permanecerão fiéis aos princípios e à Carta da Organização de Unidade Africana, aos princípios e à Carta das Nações Unidas e aos ideais do Movimento dos Países Não-Alinhados.

3 — É neste quadro que a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique, materializando a vontade sempre afirmada de promover a paz, acordaram e assinaram respectivamente o Compromisso de Lusaka e o Acordo de Nkomati, há cerca de um ano.

A V Cimeira saúda estes países irmãos pelo cumprimento rigoroso dos seus engagements, demonstrando assim a sua alta responsabilidade.

A V Cimeira considera que os esforços realizados pela República Popular de Angola e pela República Popular de Moçambique visam garantir a paz e a estabilidade para estes dois Estados. Estes esforços têm um efeito dinâmico e positivo na conquista de um clima de coexistência pacífica, boa-vizinhança, paz e estabilidade na África Austral e no Continente. Eles inserem-se na luta geral da Humanidade, para prevenir conflitos regionais ou internacionais e garantir uma paz justa e duradoura.

4 — A Cimeira constata que estes esforços não estão a ser correspondidos pela República da África do Sul. Assim:

- mantém-se a ocupação da parte sul do território angolano, contrariamente ao Compromisso de Lusaka.
- a partir do território sul-africano continuam a ter lugar actos de violência e terrorismo contra a República Popular de Moçambique em violação do Acordo de Nkomati.

A Cimeira exige que a República da África do Sul cumpra rigorosamente o Compromisso de Lusaka e o Acordo de Nkomati.

5 — A V Cimeira denuncia com veemência a cumplicidade e conivência de certos círculos políticos, económicos, financeiros e militares portugueses nas agressões contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique em detrimento das relações de amizade e cooperação existentes.

Denuncia o facto de que, contrariamente à vontade reafirmada de amizade e cooperação entre a República Portuguesa e cada um dos nossos cinco Estados, cidadãos portu-
gue-

A Cimeira dos «Cinco» foi antecedida da reunião ministerial. Na imagem, momento em que os chefes das delegações ministeriais assinavam os Acordos Gerais





No quadro da Conferência, o nosso País assinou também dois acordos comerciais com S. Tomé e Príncipe (à esquerda) e com a Guiné-Bissau (à direita)

ses e outros, a partir do território português, dirigem, financiam e apoiam acções terroristas contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique de que são vítimas inclusive cidadãos e interesses portugueses naqueles Estados. A continuação destes actos compromete as relações de amizade e cooperação sempre afirmadas e contraria profundamente a ética do relacionamento entre Estados soberanos.

6 — A Cimeira denuncia a cumplicidade e apoios que o banditismo armado e o terrorismo contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique beneficiam em certos círculos de alguns países ocidentais e do Médio Oriente.

7 — A Cimeira declara o seu apoio sem reservas a todas as iniciativas e medidas tomadas e a tomar pela República Popular de Angola e pela República Popular de Moçambique para a defesa da soberania, integridade territorial, unidade nacional e conquistas populares.

De acordo com as suas possibilidades e tendo em conta a tradição histórica de comunhão de luta e sacrifícios vividos em conjunto, a Cimeira reafirma a sua prontidão em apoiar de maneira multiforme a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique.

A Cimeira faz um apelo a todos os Estados africanos para prestarem à República Popular de Angola e à República Popular de Moçambique o apoio concreto que lhes for solicitado em meios e em forças necessárias, para pôr termo às agressões de que são vítimas.

A Cimeira estende este mesmo apelo a todos os Estados da Comunidade Internacional.

8 — A Cimeira saúda a acção da República Unida da Tanzânia, da República da Zâmbia, da República do Zimbábue e da República do Botswana, Países da Linha da Frente, que duma maneira consequente apoiam os Estados irmãos agredidos e defendem os princí-

pios da Carta da OUA e da ONU, dos ideais do Movimento dos Países Não-Alinhados na luta pela paz, contra o colonialismo na Namíbia e o «apartheid» na África do Sul.

9 — A Cimeira manifestou uma vez mais o seu apoio à justa luta do Povo namíbio conduzida pela sua vanguarda a SWAPO.

Assim, a V Cimeira reafirma o seu apoio à Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia e exige a sua aplicação.

A Cimeira identifica-se com os esforços desenvolvidos pela República Popular de Angola, em promover a resolução justa desta questão, nomeadamente através da plataforma de negociações globais do Governo da República Popular de Angola sobre a Paz na África Austral (Angola e Namíbia) e respectivo texto complementar.

Neste contexto, a V Cimeira considera como uma provocação, manobra dilatória e ofensiva à soberania angolana a chamada contra-proposta da República da África do Sul.

10 — A Cimeira reafirma a sua condenação do «apartheid», crime contra a Humanidade, e considera que a sua persistência é um factor de instabilidade e de violência não só dentro da África do Sul mas também para toda a região.

A V Cimeira declara uma vez mais a sua solidariedade com o Povo sul-africano de todas as raças dirigido pelo ANC na luta contra o «apartheid» e pela democracia.

A Cimeira saúda em particular a declaração ao Povo sul-africano do líder histórico do ANC, Nelson Mandela, divulgada no passado dia 11 de Fevereiro.

11 — Como no passado, a V Cimeira afirma a sua decisão de erguer bem alto a bandeira da solidariedade de combate e comunhão de sacrifícios dos nossos Povos.

A Luta Continua!

A Vitória é Certa!

S. Tomé, aos 15 de Fevereiro de 1985.